

PREFEITO
wadson65
VICE: KÁTIA VERGILIO PCdoB

PROGRAMA DE GOVERNO



**BH
PODE
MAIS**

PCdoB MOVIMENTO **65**

SUMÁRIO

1. POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA BÁSICA.....	5
1.1. Diretrizes da política de geração de emprego e renda	5
1.2. Política de renda mínima e desenvolvimento local	6
2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1. Apoio e fomento à economia do conhecimento e criatividade.....	8
2.2. Fundo de investimento na Nova Economia.....	9
2.3. Fomento a empreendimentos intensivos em mão de obra.....	10
2.4. Fomento às empresas da Indústria 4.0.....	10
2.5. Ampliar a oferta de profissionalização, especialmente para a juventude.....	10
2.6. Potencializar o papel das empresas públicas municipais.....	11
2.7. Fomento ao desenvolvimento de soluções de TI para inclusão digital e educação cidadã.....	11
2.8. Cidade digital e inclusiva	12
3. MORADIA DIGNA.....	14
3.1. Propostas para a Política de Moradia Digna.....	15
3.2. Políticas para a população em situação de rua	16
4. EDUCAÇÃO	17
4.1. Educação Infantil.....	17
4.2. Educação Fundamental.....	19
4.3. Educação, diversidade e inclusão	20
4.4. BH como Cidade da Aprendizagem	20
4.5. Gestão democrática das escolas.....	21
4.6. Formação e valorização dos profissionais da educação	22
4.7. Educação de Jovens e Adultos.....	22
4.8. Turno noturno na rede municipal para pais que trabalham ou estudam a noite ..	23

4.9. Saúde na escola.....	23
4.10. Melhoria da qualidade da educação municipal.....	24
5. MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO.....	27
5.1. Financiamento do sistema de transporte público e redução da tarifa	27
5.2. Gestão pública do sistema de arrecadação tarifária.....	28
5.3. Integração do transporte coletivo metropolitano	29
5.4. Mobilidade urbana para uma vida melhor	29
6. SEGURANÇA PÚBLICA.....	31
6.1. Propostas de Segurança Pública	32
7. SAÚDE PÚBLICA E FORTALECIMENTO DO SUS.....	35
7.1. Atenção Primária: Saúde da Família e Comunidade	35
7.2. Promoção e vigilância em saúde	36
7.3. Aprimorar a gestão das consultas especializadas	36
7.4. Urgência, Emergência e Atendimento Hospitalar	37
7.5. Gestão da força de trabalho e educação permanente em saúde.....	37
7.6. Teleconsultas para atender mais e melhor	37
8. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.....	39
8.1. Autonomia econômica.....	39
8.2. Educação para a igualdade	39
8.3. Combate à violência doméstica e sexual	40
9. MEIO AMBIENTE	41
9.1. Destampar os principais ribeirões e revitalizar os córregos	41
9.2. Fortalecimento do Programa Drenurbs (drenagem urbana) sob o ponto de vista sustentável	41
9.3. Incentivo à desocupação das áreas de risco.....	41
9.4. Programa de redução de emissões e adaptação às mudanças climáticas.....	42

10. CULTURA	45
10.1. Combater os efeitos da pandemia sobre o setor cultural	45
10.2. Uma agenda estruturante	45
10.3. Cultura e Juventude	47

1. POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA BÁSICA

A geração de emprego e renda, principalmente para os trabalhadores com pouca qualificação, é uma prioridade devido à profunda crise econômica que o país vive. Esse tema é emergencial. A prefeitura deve trabalhar na capacitação, intermediação e políticas de assistência no mercado de trabalho, bem como estimular circuitos locais de produção e consumo de modo a ampliar a criação de novos postos de trabalho.

Como apoio à suas ações o poder executivo deve acessar e mesmo produzir pesquisas que apontarão caminhos e, ao mesmo tempo, poderão monitorar a efetividade dessas ações. Um exemplo bastante exitoso disso no passado foi a parceria que a prefeitura teve de por quase uma década com o DIEESE, em que se geravam estudos com a PED e outras pesquisas para a elaboração de diagnósticos e situação do mercado de trabalho, de forma detalhada, para a compreensão das especificidades dos diversos espaços do município. Nesse sentido, a prefeitura também deve divulgar de estudos sobre condições de trabalho, demandas setoriais por mão-de-obra e outros, estabelecendo parcerias com outras entidades e centros de pesquisa, com o objetivo de aproveitar todo o potencial do município na geração de emprego.

1.1. Diretrizes da política de geração de emprego e renda

Destacamos quatorze temas centrais que norteiam as diretrizes da política pública de geração de trabalho, emprego e renda:

1. Realização de obras públicas de forte impacto social e de redução de desigualdades, incentivando a contratação de trabalhadores nas próprias comunidades conformando frentes de trabalho;
2. Desenvolvimento de um programa de compras locais da prefeitura gerando um efeito cascata positivo na economia local e assim ampliando a criação de postos de trabalho;
3. Criação de programa de qualificação de jovens para a economia criativa e serviços de alto conteúdo tecnológico, explorando o potencial de BH nessas áreas.
4. Desenvolvimento de um programa de emprego em tempo parcial para adolescentes nos órgãos públicos municipais.
5. Fomento à contratação de trabalhadores idosos para os postos de trabalho que melhor se encaixam no perfil desse trabalhador. Apoio psicológico ao desempregado.
6. Política de proteção social para trabalhadores via aplicativos.

7. Desenvolvimento de um sistema em tempo real de oferta e procura por trabalho entre trabalhadores e empresas.
8. Fomento à economia popular solidária urbana por meio da priorização da produção local nas compras públicas, criação de rede de fornecedores locais para médias e grandes empresas, construção de um sistema de apoio técnico aos produtores e ampliação das feiras.
9. Meio ambiente e geração de emprego, como pela expansão da malha de ciclovias, atendendo ao aumento da utilização da bicicleta para uso recreativo, como meio de transporte e de trabalho gerando impactos como aumento da demanda de serviços de oficina de reparação e lojas de peças; ampliação das políticas públicas voltadas à reciclagem buscando o aumento da renda dos trabalhadores.
10. Ampliação de creches e escolas infantis de tempo integral para permitir a qualificação e trabalho de pais e demais responsáveis das crianças;
11. Política de renda mínima com gastos no município estimulando a economia local.
12. Criação de alternativas viáveis como as feiras-camelódromos para regulamentar a garantir o trabalho de vendedores ambulantes.
13. Ampliação das atividades culturais e desportivas ofertadas pela prefeitura para gerar postos de trabalho e melhorar a saúde do idoso e demais trabalhadores aumentando assim sua capacidade produtiva.
14. Política de valorização turística da tradição vanguardista de BH como a arquitetura modernista e as manifestações artísticas. Ressaltará também o modernismo presente em BH em contraste com o barroco das cidades mineiras do ciclo do ouro ampliando a circulação de turistas entre esses diversos espaços. Criação de cursos de qualificação para guias turísticos com foco em BH e suporte a micro e pequenas empresas que explorem o potencial turístico da cidade.

1.2. Política de renda mínima e desenvolvimento local

O valor médio pago às famílias por meio do Programa Bolsa Família em BH é de R\$ 170,84. BH possui ainda 42.218 famílias de baixa renda não beneficiárias no Programa Bolsa Família.

Será criado um programa de renda mínima. Além de garantir um piso de renda complementar às famílias que mais precisam, o programa contribuirá para ativar os

circuitos de renda locais com acréscimo de demanda para os empreendimentos menores, contribuindo também para a geração de emprego.

O programa destinará uma renda mensal equivalente ao valor de meia cesta básica, o que significa que as famílias receberão em torno de 250 reais, atingindo 40 mil famílias pobres. Totalizando 120 milhões de reais por ano investido na política de renda mínima.

2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

O século XXI inaugurou uma nova etapa do desenvolvimento com base no conhecimento e na criatividade. Está em curso uma revolução tecnológica chamada de Indústria 4.0. Nesse contexto, Belo Horizonte precisa de um novo modelo de desenvolvimento, que não somente promova o crescimento econômico, mas que, principalmente, promova a inclusão social e econômica de sua população. Nesse sentido, apresentamos um conjunto de proposta que coloque BH na vanguarda dessas transformações, aproveitando todos os ganhos possíveis para melhorar a vida de todos.

Propomos um modelo de desenvolvimento inovador que contemple a inclusão social e econômica ao mesmo tempo em que incentive empreendimentos de alto valor tecnológico agregado e da economia criativa. Para isso serão fomentados também os empreendimentos sociais e solidários, as cooperativas produtivas, a economia urbana, a juventude empreendedora e inovadora, os inventores independentes, microempreendedores individuais, mulheres empreendedoras e grupos sociais cooperados e os novos negócios, tudo com foco no empreendedorismo, na inovação, na sustentabilidade e na inclusão social. Para levar a cabo esses propósitos, será criada infraestrutura de apoio e fomento de forma descentralizada e desburocratizada de modo a descentralizar nossa economia em direção aos bairros, o que contribuirá para reduzir as necessidades de mobilidade urbana num trânsito já tão carregado, aproximando comércio e serviços de nossa população. Dessa infraestrutura, fará parte um fundo de promoção da Nova Economia, com recursos e apoio técnico e administrativo para viabilizar tais empreendimentos.

Belo Horizonte será exemplo na valorização de nosso sistema de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para que o Brasil não perca capacidade de concorrer com outras nações e não se atrase no seu desenvolvimento. Para alcançar esses objetivos são estas as propostas de Wadson para uma Belo Horizonte inovadora, inclusiva e desenvolvida

2.1. Apoio e fomento à economia do conhecimento e criatividade

Serão instalados nas Administrações Regionais da Prefeitura centros de apoio à Nova Economia, incluídas aí a economia criativa e solidária, onde os empreendedores, inovadores, inventores independentes e grupos sociais cooperados terão orientação, formação, qualificação e acesso a determinados recursos físicos e informações. A

experiência de incubadoras, SENAI, SESC e SESI também será aproveitada na concepção desses centros, onde o conhecimento e as experiências serão compartilhados e difundidos.

A Prefeitura aprofundará os laços com as universidades e faculdades de BH, com as incubadoras e com os parques tecnológicos. Os centros de apoio e fomento à Nova Economia buscará parcerias de entidades como BH-TEC, Plug Minas, P7 Criativo, Biominas, Fumsoft, Inova-UFGM e o Sistema Mineiro de Inovação. Nesses centros a infraestrutura que empreendimentos nascentes precisam para começar estará disponível.

BH já é um importante polo da economia criativa. As empresas nascentes da economia criativa demandam um tipo diferenciado de estrutura de apoio para o seu desenvolvimento, com recursos como computadores de alto desempenho para animação digital, estúdios de áudio e de cinema e ilhas de edição de vídeo. É nesse sentido que nos propomos a fomentar a produção audiovisual, com apoio ao cinema, jogos e plataformas digitais, cinema de animação e similares.

2.2. Fundo de investimento na Nova Economia

Em primeiro lugar será criado o conselho municipal de ciência, tecnologia e inovação. Esse será um fórum prioritário de coordenação entre poder público, participação popular, centros de pesquisa e iniciativa privada da estratégia municipal de desenvolvimento nesse âmbito. Serão definidos planos plurianuais com metas de curto e médio prazo e com controle de execução exercido pelo conselho.

Será criado um ousado e moderno mecanismo de apoio à Nova Economia com um fundo de investimentos que terá várias modalidades de apoio: editais, premiações e investimento de risco. O fundo será dividido por áreas, cada qual com sua gestão e instrumentos próprios de avaliação de investimento: economia solidária, tecnologias sociais e da inovação inclusiva, inovação tecnológica e economia criativa.

Entendemos, por fim, que a soberania nacional é fundamental na concepção desta proposta do fundo municipal da Nova Economia, pois visa a inserir BH numa política nacional de CT&I e de investimentos que tenha o poder público e a visão de Estado Nacional como líderes, condutores e indutores do desenvolvimento econômico e social inclusivo.

2.3. Fomento a empreendimentos intensivos em mão de obra

Uma das formas de combater o desemprego é com o fomento à criação de empreendimentos que façam largo uso de mão de obra. Aproveitando as condições sócio-produtivas da população de BH, fomentaremos a expansão de ramos intensivos em mão de obra de acordo com a realidade de nossa população. Exemplos são o polo de moda e confecção do Barro Preto, setor que tem fortes vínculos com a economia criativa, e os setores de alimentos e gastronomia.

2.4. Fomento às empresas da Indústria 4.0

As empresas da Indústria 4.0, ou empresas da Economia do Conhecimento, são intensivas em tecnologia, de alto valor agregado e de altos salários. São empresas que, frequentemente, resultam da transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para empresas nascentes, as chamadas *startups*. Aprimoraremos a infraestrutura e os mecanismos de apoio necessários para atrair e criar indústrias intensivas em tecnologia, tais como equipamentos para saúde, fármacos, biotecnologia, novos materiais, microeletrônica, microsistemas integrados (MEMS), aviônicos, aeroespacial, nanotecnologia e telecomunicações entre outras.

2.5. Ampliar a oferta de profissionalização, especialmente para a juventude

Serão realizados eventos, nas séries imediatamente anteriores ao segundo grau, para apresentação das carreiras em ciência, tecnologia e inovação, como forma de estimular em nossa juventude a escolha vocacional nessas carreiras. A Prefeitura aproximará nossas crianças e jovens dessas carreiras, promovendo a sua difusão de forma prazerosa e lúdica. Em conjunto com a UFMG, CEFET e outras instituições públicas e privadas, serão organizados cursos de formação e atualização nas profissões técnicas exigidas pela Economia 4.0, com ênfase na formação da juventude com cursos tais como: programador de computador, programador de sistemas embarcados, técnico em eletrônica, técnico em mecatrônica, técnico em química, técnico em biotecnologia e técnico de laboratório.

A PBH com Wadson criará novas turmas de cursos técnicos com o apoio de instituições como UFMG/COLTEC e CEFET, com a oferta de bolsas de estudos e de condições materiais para os alunos de modo a evitar a evasão escolar, preferencialmente com ensino em tempo integral.

Com os vários atores institucionais reforçaremos o ensino profissionalizante. Será ampliada a oferta de cursos profissionalizantes e de qualificação, inclusive com oferta de salas de aula de escolas municipais em horários ociosos. Serão ofertados cursos de línguas estrangeiras e os profissionais de serviços serão preparados para o processo de internacionalização da economia de BH.

2.6. Potencializar o papel das empresas públicas municipais

As empresas públicas municipais — Prodabel, Urbel e BHTrans e a Sudecap (autarquia) — serão efetivamente usadas como prestadoras de serviços para outros entes da União, como consórcios intermunicipais com prefeituras, o Estado e a União, gerando receita e capacitação para a Prefeitura de BH. Com as devidas alterações nos estatutos das empresas municipais, a Prefeitura poderá contar com melhores ferramentas para a promoção das políticas públicas de inclusão e de desenvolvimento.

BH possui um papel a desempenhar como protagonista e condutora do processo de desenvolvimento da região metropolitana. A conurbação de Belo Horizonte com suas cidades vizinhas, o peso econômico de BH e sua importância política permitem que nossa cidade cumpra o papel de líder no processo de desenvolvimento integrado da sua região metropolitana. É neste quadro que as empresas municipais cumprirão um papel fundamental na gestão integrada do desenvolvimento.

A ampliação da rede de acesso à Internet permitirá que a Prodabel use a infraestrutura da RMI (Rede Municipal de Informática) para ofertar serviços de banda larga a empresas e instituições particulares. Assim pequenos comércios e pequenas empresas da periferia de BH que hoje não são atendidas, por que as concessionárias consideram regiões de baixo apelo comercial, contarão com acesso banda larga de qualidade. Como há uma grande capacidade ociosa na RMI, a ampliação do seu uso não implicará em queda de qualidade dos serviços internos de comunicação da PBH, mas será criada uma importante fonte de receita com a cobrança pelo serviço de banda larga

2.7. Fomento ao desenvolvimento de soluções de TI para inclusão digital e educação cidadã

A Prefeitura fomentará o desenvolvimento de aplicativos e jogos digitais para Internet e para dispositivos móveis que promovam a difusão de conhecimentos e informações sobre as políticas públicas municipais, promovendo a inclusão cidadã nas políticas públicas e

auxiliando a população a conhecer e compreender melhor a própria cidade. Exemplo é o desenvolvimento de jogos para dispositivos móveis que simulem o planejamento e a execução do orçamento municipal, que simulem a logística de coleta e tratamento de lixo, que simulem o controle e distribuição do tráfego de veículos comparado com o uso de transporte público, entre várias outras possibilidades do uso da TI para divulgação e difusão das políticas públicas. Especial ênfase será dada aos aplicativos e jogos que estimulem e promovam a participação cidadã na elaboração e no planejamento de políticas públicas, inclusive o Planejamento Participativo, etapa superior do Orçamento Participativo.

2.8. Cidade digital e inclusiva

A Prefeitura de Belo Horizonte possui um vasto capital humano e experiência administrativa em tecnologia da informação. A Prodabel é uma empresa de excelência em várias áreas de TIC. Alguns pontos importantes dessas políticas de inclusão digital e de democratização da tecnologia da informação foram abortados ou prejudicados pelas últimas gestões. É urgente alterar o rumo do uso da tecnologia em BH e promover uma cidade verdadeiramente digital e inclusiva. Exemplo dessa urgência é a pandemia da COVID-19, que mostrou que existe um grande fosso em uso das tecnologias de comunicação pela Internet no Brasil. A pandemia escancarou a exclusão digital que precisa ser superada.

Belo Horizonte atualmente conta com 952 locais conectados à RMI, dos quais 922 por fibra óptica (992,7 Km de fibra), além de 521 locais com disponibilidade de acesso gratuito à Internet, em vilas, favelas, praças e parques da cidade. A rede BH Digital conta também com as 37 estações de transferência do Move.

A RMI é a espinha dorsal para um futuro de Belo Horizonte como cidade inteligente. Até o momento ela tem sido usada quase exclusivamente pela PBH para infraestrutura administrativa interna e prestando poucos serviços diretamente ao cidadão. Algumas poucas exceções são o portal da PBH na Internet e o acesso gratuito à Internet em alguns pontos do município. Isto é muito pouco para uma rede que integra toda a gestão pública do município. A RMI com o trabalho da Prodabel pode prover diversos serviços diretamente ao cidadão, tornando o município de Belo Horizonte muito mais inclusivo e eficiente para todos os seus cidadãos.

Um dos objetivos será a ampliação do acesso gratuito à Internet nas regiões mais carentes da cidade e com ampliação da oferta de mais e melhores serviços digitais à população. As áreas que mais podem se beneficiar dessa ampliação são educação básica, educação profissionalizante, alfabetização digital, saúde, segurança, mobilidade urbana, cultura, lazer e transparência pública.

As instalações de TI nas escolas municipais serão modernizadas e ampliadas, tornando as escolas em centros de inclusão digital não somente para nossas crianças e jovens, mas também para a população em geral.

Será realizado também a integração das diversas bases de dados da PBH com o objetivo de permitir um cadastro único descentralizado do cidadão. Este cadastro único é uma ação estratégica e estrutural que permitirá a gestão muito mais eficiente do município e o provimento de serviços ao cidadão de forma mais precisa. A base criará uma identificação única para o cidadão.

3. MORADIA DIGNA

Belo Horizonte é conhecida por ser vanguarda no enfrentamento democrático às questões de moradia. Contudo, as Políticas públicas nessa área, ao longo das últimas décadas, foram sendo distorcidas e submetidas a interesses econômicos de pequenos grupos de tal maneira que em 2020 continuamos a enfrentar questões muito similares às enfrentadas no início da década de 1990.

A evolução do déficit habitacional nos últimos anos, mesmo sob a influência de políticas que, a princípio, deveriam agir em favor de sua superação de tal déficit, mostra que, pelo contrário, o mesmo sofreu forte elevação na última década. Há ainda a predominância dos velhos problemas como uma forte demanda de habitação por ônus excessivo com aluguel e coabitação familiar, ambas as questões ligadas ao regime de preços fundiários. Ao mesmo tempo, continuamos a conviver e viver em habitações precárias e com o adensamento excessivo.

Destaca-se, ainda, que é impossível falar da questão habitacional de Belo Horizonte sem colocá-la em um contexto metropolitano, uma vez que a capital do Estado tem papel centralizador do fluxo econômico em termos de oferta de bens e serviços, bem como é causadora de uma série de situações que extrapolam as suas fronteiras. No campo a moradia é perceptível que Belo Horizonte ainda exerce um papel de “expulsão” de sua população mais pobre moradora de áreas em que falta a regularização fundiária (entendida em sentido amplo, ou seja, desde a formalização do uso da propriedade fundiária até questões de acesso a condições básicas de infraestrutura).

A resposta da sociedade civil à falta de condições dignas de moradia tem sido, muitas vezes, a estratégia de ocupar a terra e as propriedades urbanas que não exercem a sua função social sob o acertado lema: “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”.

Portanto, para enfrentar a falta de moradia digna, não basta apenas produzir casas, mas é preciso, também, produzir uma cidade justa e inclusiva.

Nos últimos anos, o povo de Belo Horizonte travou uma forte batalha para garantir o direito à moradia e aplicação das funções sociais da cidade e da propriedade no âmbito da aprovação da revisão do Plano Diretor. Ela traz importantes avanços com a regulamentação dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que são importantes ferramentas na promoção da justiça

socioespacial, tais como o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), o Imposto Predial Territorial (IPTU) Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública, as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e a Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODC) (regulamentados complementarmente pela Lei Municipal nº11.216/2020). Esses instrumentos são importantes porque permitem a devolução, à sociedade, de parcela dos recursos que foram investidos em infraestrutura e outros elementos que permitiram a valorização fundiária e, ainda, permitem uma melhor distribuição social desses recursos, principalmente para a população desprivilegiada.

Contudo, foi apenas uma primeira batalha, ocorrida no campo da “cidade formal”. A questão decisiva está mesmo na constituição da “cidade real”, com a efetiva implantação do “direito à cidade”. Isto é, uma cidade “inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, conforme preconizado no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 11 (ONU) e, mais do que isso, com justiça social. Agora deve-se realizar a efetiva implantação de políticas de aplicação destes instrumentos.

3.1. Propostas para a Política de Moradia Digna

- Revisão participativa do orçamento municipal com elevação de recursos para Políticas e investimentos em moradia digna, incluindo produção habitacional e regularização fundiária;
- Aplicar a Lei Federal que garante o direito às famílias de baixa renda a assistência técnica gratuita para a construção e reformas de moradias.
- Colocar em prática as medidas para regularização e urbanização das ocupações urbanas.
- Gestão das diretrizes de aplicação do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC), via Compur, a partir de mapeamento do solo urbano não parcelado, não edificado, subutilizado ou não utilizado;
- Utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano de Centralidades (FC), provenientes de ODC em áreas de centralidades, para o desenvolvimento de Habitações de Interesse Social nas próprias áreas de centralidades;
- Vincular os recursos provenientes da aplicação do IPTU Progressivo no Tempo a Programas de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária, inclusive de ocupações urbanas;

- Regular a destinação urbanística de imóvel proveniente de desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública, para Política de Habitação de Interesse Social.

3.2. Políticas para a população em situação de rua

Também é preciso lembrar que, segundo o projeto Polos de Cidadania da UFMG, Belo Horizonte possui mais de 9 mil pessoas em situação de rua. São pessoas que precisam do carinho, acolhimento e compreensão de toda a sociedade e de políticas públicas, pois, em geral, a essas pessoas sobram a violência, o desprezo e a expulsão, práticas que são escondidas sob o manto do discurso de “embelezamento” da cidade.

- Implementação de banheiros químicos e bebedouro nas ruas;
- Ampliação das vagas em abrigos;
- Criar política de moradia e de aluguel social direcionada para esse segmento;
- Criação de cadastro profissional público para postos de trabalho e emprego;
- Intensificar o cadastramento dessa população no Cadúnico para permitir o acesso às políticas socioassistenciais.

4. EDUCAÇÃO

A cidade dos nossos sonhos não pode ter crianças fora da escola. Todas devem ter acesso a uma aprendizagem contínua e de qualidade, construída de forma conjunta com a sociedade, professores, pais e alunos. A nossa concepção é de uma educação para todos e para cada um, promovida através de uma política municipal democraticamente construída com a sociedade belo-horizontina. Vamos estabelecer um Pacto da Cidade pela Educação. Um compromisso com a cidade, envolvendo igrejas, bairros, empresários, comunidade escolar, associações e movimentos organizados por uma BH com nenhuma criança fora da escola e com todas aprendendo. Através deste pacto, buscaremos estabelecer a escola como um espaço de poder e democracia, com uma gestão efetivamente democrática e constante relação e diálogo com pais e comunidade escolar.

4.1. Educação Infantil

Em Belo Horizonte, o atendimento para as crianças de 4 e 5 anos está praticamente universalizado e o grande desafio para o poder público é a ampliação do atendimento das crianças de zero a três anos. Atualmente existe uma extensa lista de espera de famílias aguardando vagas para as crianças de zero a três anos nas creches da rede própria ou da rede parceira com a PBH. Segundo dados da SMED/BH, atualizados em 02/03/2020 (www.pbh.gov.br), são 3.345 crianças aguardando vagas nas creches, distribuídas nas regionais, da seguinte forma:

REGIONAL	Nº DE CRIANÇAS NA FILA DE ESPERA
BARREIRO	223
CENTRO-SUL	230
LESTE	169
NORDESTE	303
NOROESTE	533
NORTE	527
OESTE	430
PAMPULHA	181
VENDA NOVA	749

Para os pais que trabalham, a existência de uma escola infantil ou creche próxima de casa que possa atender seus filhos, proporcionando os cuidados básicos e as primeiras iniciações pedagógicas, é um direito essencial. Igualmente para as crianças é um direito o acesso a uma educação que a acolha com carinho, estimule-a pedagogicamente e promova sua sociabilidade.

Propostas:

- Atender a totalidade da atual demanda da fila de espera para a matrícula de crianças de zero a três anos na rede municipal;

- Atender a Lei 13.005/14, ampliando a oferta de atendimento integral para as faixas de zero a cinco anos de idade;
- Atender as crianças de zero a um ano de idade, cumprindo a Constituição Federal, a LDBEN 93/94/96 e o PNE que não excluem o berçário do atendimento da Educação Infantil;
- Matricular todas as crianças de 4 e 5 anos de idade na pré-escola e que, no mínimo 50% das crianças de até 3 anos de idade sejam atendidas em creches de tempo integral, priorizando as famílias mais vulneráveis, buscando cumprir a meta 1 do PNE;
- Ampliar o leque das ações de formação tendo as especificidades da escola e de seus profissionais como referência;

4.2. Educação Fundamental

O Ensino Fundamental em Belo Horizonte está universalizado e esse fato pode ser creditado às ações das várias gestões que se seguiram na administração da cidade, como a ampliação da rede física escolar e implantação de políticas que visam à garantia do direito do acesso e a permanência na escola.

Atualmente a Educação Integral não pode ser sinônimo somente de mais tempo na escola, é preciso dar atenção à qualidade do ensino ofertado aos alunos durante a jornada escolar. Vamos propiciar oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.

Propostas:

- Garantir a matrícula de todas as crianças de 6 a 14 anos no ensino fundamental; e que no mínimo 95% concluam esta etapa na idade recomendada;
- Garantir a alfabetização de toda criança até sete anos de idade, seguindo os parâmetros do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) de 2019;
- Ampliar a oferta de vagas e de educação em tempo integral em escolas, buscando garantir que no mínimo, 25% dos alunos da Educação Básica sejam atendidos em jornadas diárias de sete horas;
- Garantir que os programas de alimentação existentes atendam todos os alunos das redes municipais;

4.3. Educação, diversidade e inclusão

A gestão municipal deve assegurar a diversidade (gênero, etnia, raça, idade, religião, orientação sexual, linguística, geográfica, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras) na rede de ensino.

Além disso, o modelo de escola da rede municipal precisa ser primordialmente inclusivo. Deve garantir o acesso dos portadores de necessidades especiais, com infraestrutura adequada, como banheiros nas medidas adaptadas, rampas, acesso à biblioteca e recursos humanos, como intérpretes de libras e estagiários de apoio capacitados. É assim que se garantirá um desenvolvimento adequado às crianças e aos adolescentes, também como uma condição de diminuir a evasão.

Propostas:

- Assegurar o atendimento especializado no ensino regular com recursos financeiros e materiais necessários à inclusão;
- Formação continuada dos profissionais para o acolhimento e o trabalho com a diversidade no espaço escolar;
- Assegurar a acessibilidade em todas as escolas da rede municipal.

4.4. BH como Cidade da Aprendizagem

Todas as escolas devem estar integradas nas redes digitais. Cada vez mais será fundamental proporcionar infraestrutura para acesso público à internet, à aprendizagem e ao domínio de tecnologias digitais tanto pelos alunos quanto pelos professores. É preciso transformar BH numa “Cidade de Aprendizagem” compreendendo que o processo educativo vai além dos muros das escolas. A aprendizagem ocorre ao longo da vida. Não é só a escola que educa, mas sim toda cidade. Assim como a dinâmica dentro do espaço escolar precisam considerar o 'protagonismo' juvenil. A equipe escolar não pode se limitar aos recursos materiais e humanos do ambiente escolar, afim de não deixar a aprendizagem restrita apenas ao que o professor ensina.

A profunda desigualdade social e econômica que caracteriza o Brasil se reflete na exclusão digital. Segundo o IBGE, em 2016 o país possuía 63,3 milhões de brasileiros e 21 milhões de casas sem acesso à internet. Além disso, 47,7 milhões (75% do total) disseram que não utilizam a internet por falta de conhecimento ou de interesse. A falta de

formação dos jovens e adultos, no espaço educacional, para lidarem com a internet., agrava esse quadro.

Com o isolamento social provocado pela pandemia esse problema adquiriu grande força no campo educacional, pois foi exigido o fechamento das escolas e a busca de novas alternativas para garantir o direito de todos à educação. A exclusão digital se agigantou.

Propostas:

- Constituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho através de estratégias de inclusão social que combine desenvolvimento, trabalho e educação à perspectiva de emancipação política, social e econômica.
- Articulação, parceria e promoção de políticas públicas intersetoriais na rede municipal, com ênfase nas áreas de saúde, assistência social, esporte e cultura.
- Formação dos docentes para o uso das novas tecnologia da informação e comunicação em parceria com as Universidade públicas (UFMG e UEMG)
- Utilização todo o potencial sistema de tecnologia de informação e comunicação da prefeitura concentrada na Prodabel a serviço da oferta de internet e tecnologias de comunicação nas escolas municipais.

4.5. Gestão democrática das escolas

Será construído um novo diálogo entre poder público e trabalhadores organizados em sindicatos, associações e movimentos pela melhoria da educação e também com as organizações estudantis. Assim como estruturar um canal de diálogo com os profissionais terceirizados.

Propostas:

- Manutenção das eleições democráticas para diretores de escolas com ampla participação da comunidade escolar;
- Garantir a autonomia política, pedagógica e administrativa das escolas;
- Apoio técnico e financeiro à gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos;
- Fortalecimento dos conselhos escolares e dos conselhos municipais de educação e de outros fóruns de controle social, e da relação com os sindicatos de trabalhadores da educação e entidades estudantis.

4.6. Formação e valorização dos profissionais da educação

- Cumprimento da Lei do Piso (Lei Federal 11738/08), carreira e garantia do tempo de planejamento e estudos;
- Assegurar a todos os profissionais da educação municipal formação de nível superior, em áreas compatíveis com a atuação, e formação básica continuada;
- Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até 2024;
- Considerar a formação como parte do plano de carreira de professores e demais profissionais da educação;
- Realizar programas voltados para a saúde do professor e investir em programas de prevenção e atendimento aos casos de ocorrência de violências nas escolas.

4.7. Educação de Jovens e Adultos

Atualmente, BH possui 12.289 alunos nesta modalidade de ensino na rede municipal. Será ampliado o atendimento da Educação de Jovens e Adultos, reformulando a matriz curricular da EJA na rede municipal, buscando um currículo que esteja sintonizado com as novas demandas da juventude e dos adultos que frequentam esta modalidade de ensino.

Propostas:

- Implementar um programa de analfabetismo Zero com a meta de conquistar o selo da UNESCO de cidade livre de analfabetismo. É fundamental acabarmos com o analfabetismo absoluto e reduzirmos o analfabetismo funcional.
- Incluir a alfabetização digital no currículo dessa modalidade de ensino.
- O município irá oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até 2024, cumprindo a meta do PNE. Esta ação deve ocorrer em colaboração com as demais instituições públicas, como estado e governo federal. A meta deve ser elevar a escolaridade média da população de 18 para 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo.
- Melhorar a infraestrutura das escolas que ofertam a modalidade de EJA.

4.8. Turno noturno na rede municipal para pais que trabalham ou estudam a noite

Um dos grandes dilemas vividos, especialmente pelos jovens pais, sobretudo em um contexto de crise econômica, é ter que escolher entre aceitar ou não um emprego por não alguém que possa cuidar de seus filhos durante o horário de trabalho. Isso se torna mais grave no caso dos pais que trabalham ou estudam no turno da noite.

Para atender a essa situação específica de pais que comprovadamente estudam ou trabalham a noite, será criado um turno nas escolas municipais em que houver demanda entre 17hs e 23hs. Será utilizado o espaço já existente das Emeis e contratados mais profissionais. Será exigido dos pais a comprovação da necessidade de utilizar o turno noturno por motivo de trabalho ou estudo. Tempo máximo que uma criança poderá permanecer na escola somando o turno noturno e a pré-escola/creche será de 10 horas.

Outra iniciativa a ser adota conforme o caso, será a “sala-creche” em escolas para mães que estudam à noite, especialmente na modalidade de EJA. As salas-creches deverão ser adaptadas às estruturas já existentes dentro das instituições de ensino. O responsável pela criança deverá comprovar que trabalha em período integral e que possui o horário noturno para estudar. As unidades deverão ser equipamentos adequadamente a faixa etária das crianças atendidas;

4.9. Saúde na escola

Será construída uma política intersetorial da Saúde e da Educação na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público (educação infantil, ensino fundamental e na educação de jovens e adultos (EJA), no âmbito das escolas municipais articuladas com as unidades básicas de saúde.

O objetivo é a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Desenvolvendo temas como: Ações de combate à dengue, Práticas corporais. Avaliação Saúde ocular, Cultura da Paz, Importância da vacinação.

4.10. Melhoria da qualidade da educação municipal

Apesar da complexidade do tema da qualidade, consideramos um avanço a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2007. Esse indicador possibilita que a sociedade faça o monitoramento da qualidade da educação em cada escola, município, estado e do país, por meio de dados concretos. Além disso, ele possibilita o estabelecimento de metas para cada escola das redes de ensino.

Em setembro de 2020 o INEP divulgou os dados do IDEB relativos a 2019 e a análise dos dados apontou que o Brasil avançou no em todas as etapas de ensino – fundamental e médio.

Entretanto, Belo Horizonte mostrou que atualmente está na contramão dessa caminhada. Nas últimas décadas, diversas ações na área educacional foram construídas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no município, como: Programa Família-Escola, Programa de Ação Pedagógica (PAP), Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), criação das “equipes de acompanhamento” para discussão dos trabalhos pedagógicos das escolas no 1º, 2º e 3º ciclos, acompanhamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ampliação do Programa Escola Integrada (PEI), fortalecimento dos espaços democráticos de discussão entre a Secretaria e as escolas, entre outros.

A desconstrução recente desses programas, políticas e ações, o consequente esvaziamento do quadro de profissionais que compunham a equipe pedagógica da SMED e das Diretorias Regionais de Ensino, e a falta de professores nas escolas, afetaram profundamente o trabalho pedagógico das escolas municipais, levando a uma queda no desempenho escolar dos alunos, como pode ser observado no quadro abaixo:

ANOS INICIAIS BH (1º AO 5º ANO) - 5º ANO EF

	Metas Projetadas	Ideb Observado
2007	4.6	4.4
2009	5.0	5.3
2011	5.4	5.6
2013	5.6	5.7

2015	5.9	6.1
2017	6.1	6.3
2019	6.4	6.0
2021	6.6	

ANOS FINAIS BH (6º AO 9º ANO) - 9º ANO EF

Ano	Metas Projetadas	Ideb Observado
2007	3.7	3.4
2009	3.8	3.8
2011	4.1	4.5
2013	4.5	4.5
2015	4.9	4.8
2017	5.1	4.9
2019	5.4	4.7
2021	5.6	

Fonte: INEP

Enquanto o Brasil avança em todas as etapas da educação básica, percebe-se que Belo Horizonte, além de cair no IDEB no ensino fundamental, não conseguiu atingir a meta estabelecida nacionalmente para o município, quais sejam: 6,4 para os anos iniciais e 5,4 para os anos finais. O nosso grande desafio é retomar com o histórico de crescimento deste indicador

Propostas:

- Manter o quadro de professores da rede completo;

- Organizar, de forma dialogada com os profissionais da rede municipal e com a universidade, uma ampla ação de formação dos educadores(as);
- Reorganização do quadro pedagógico da SMED;
- Criar canais de diálogo entre a SMED e as escolas;

5. MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

O serviço de transporte público coletivo é considerado um serviço essencial. Entretanto, as altas tarifas pagas pelo seu uso bem como a baixa qualidade ofertada por empresas privadas podem obscurecer seu caráter público e afastar o Estado de sua responsabilidade em garantir o acesso universal e a qualidade.

Serão criados mecanismos e instrumentos que possibilitem a melhoria do sistema de transporte e da mobilidade urbana, ampliando a capacidade de circulação da população pelo espaço urbano e metropolitano e, conseqüentemente, possibilitando o acesso a equipamentos e serviços públicos e outras oportunidades e utilidades que a cidade oferece.

5.1. Financiamento do sistema de transporte público e redução da tarifa

Em Belo Horizonte, o modelo de financiamento do transporte público é baseado apenas na receita tarifária sem subsídio do poder público. Este modelo apresenta diversos problemas, pois a perda de demanda pagante – derivada do aumento da tarifa e do avanço do transporte individual – gera um sistema mais caro e, conseqüentemente, também uma tarifa mais cara. Em BH a quantidade de passageiros transportados pelo transporte coletivo convencional caiu de 408.273.444 em 2016 para 372.716.644 em 2018. Uma redução de 35.556.800.

Outro problema gerado pelo financiamento exclusivo pela tarifa é o subsídio cruzado entre passageiros em que os pagantes, geralmente de menor renda, custeiam as gratuidades existentes que em Belo Horizonte chegam a 15% do valor da tarifa. Uma das principais conseqüências desse sistema é que, em um conjunto de 33 grandes cidades do Brasil e do mundo, BH é onde o transporte público mais pesa no orçamento das famílias, segundo levantamento de dados feito portal mobilize.org.br.

Para reverter o quadro de exclusão da população mais carente do direito ao transporte serão executadas ações que levem ao imediato barateamento da tarifa mas que também apontem para a conquista da sua gratuidade. Transporte é um direito, assim como a Saúde e Educação e deve ser tratado como tal.

Reduzir para R\$ 3,00 o preço da passagem

- Taxação do transporte por aplicativo com uma taxa média de R\$ 0,15 a depender do horário, por quilometro rodado em BH pelos veículos a serviço dos aplicativos

de transporte e destinar todo o recurso arrecadado para a redução da tarifa. BH tem cerca de 40 mil motoristas de aplicativos. Cada um percorre diariamente cerca de 200 quilômetros por dia. A arrecadação mensal da prefeitura será de cerca de R\$ 30 milhões.

- Taxação dos estacionamentos pagos com destinação total dos recursos para a redução da tarifa
- Destinação dos recursos captados com a cobrança de estacionamento em via pública (**Rotativo**) para a redução da tarifa

Passe-livre para o trabalhador com carteira assinada.

Ao invés de as empresas pagarem o vale-transporte para cada trabalhador, o valor será recolhido pela prefeitura e destinado para o financiamento do sistema. Cada trabalhador com carteira assinada que antes recebia o vale-transporte, receberá um cartão de gratuidade no transporte público e não terá o valor descontado de seu salário.

Passe-livre para estudantes e aos domingos para todos

Com a criação do fundo público de mobilidade urbana, além da redução da tarifa, BH terá passe-livre aos domingos e feriados para todas as pessoas. Esses são dias de menor lotação dos ônibus. Assim, o custo para as empresas não será muito alterado e a utilização do transporte público será incentivado.

5.2. Gestão pública do sistema de arrecadação tarifária

Ao conceder o serviço de transporte para uma empresa privada, a prefeitura deve ter a capacidade de controlar e fiscalizar a execução da política, garantindo o cumprimento do contrato de concessão. Essa atividade de regulação pelo poder público, que é essencial para a qualidade dos serviços, está gravemente comprometida em BH pois todas as informações sobre o funcionamento do sistema, obtidas por meio de tecnologias avançadas que abrangem o sistema de bilhetagem eletrônica, estão sob o controle de um consórcio – Transfácil – formado pelas empresas privadas de transporte.

A prefeitura retomará a gestão do sistema de bilhetagem eletrônica centralizando a arrecadação tarifária que, além de garantir o controle e fiscalização efetiva da operação, pode gerar receitas para custear o sistema e baratear a tarifa. O modelo proposto é inspirado no que ocorre em outras capitais do Brasil.

5.3. Integração do transporte coletivo metropolitano

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) 21% das viagens com origem nos municípios da RMBH têm como destino Belo Horizonte. No entanto, a RMBH carece de integração do serviço de ônibus à nível metropolitano e é a única metrópole no Brasil que não apresenta propostas para sua instituição. Atualmente, o sistema de transporte encontra-se fragmentado, sendo integrado apenas o trem da CBTU com o sistema metropolitano gerenciado pela SETOP.

Por isso é necessário que se estabeleça uma rede de transporte integrada que vise a integração operacional, com um serviço racional de articulação das linhas, bem como a integração tarifária, não penalizando os usuários com o pagamento de dupla tarifa.

Para isso, BH tomará a iniciativa de propor a formação de um convênio de cooperação entre municípios da RMBH e com o Governo do Estado a fim de instituir um sistema metropolitano de transporte coletivo, possibilitando a integração operacional e tarifária e a consequente melhoria no serviço prestado.

5.4. Mobilidade urbana para uma vida melhor

A política de mobilidade urbana deve buscar reverter a lógica de criação de facilidades para a utilização do veículo individual, estimulando o uso do transporte coletivo, bem como priorizando modos não motorizados de transporte com criação e qualificação de calçadas para pedestres e ciclovias. Assim, propõe-se investimentos em infraestrutura, melhorias em sinalização, ações educativas, e um transporte público de qualidade, acessível, eficiente, racional, com conforto e segurança que possibilite a inclusão social.

Estimular o uso do transporte coletivo

- Implantar faixas exclusivas com vias com preferência ao transporte coletivo;
- Racionalizar o uso de veículos individuais motorizados a partir de cobranças pelo uso do sistema viário, para subsidiar a tarifa do transporte público, bem como pela restrição de estacionamentos nas áreas centrais;
- Melhorar o atendimento e operação dos serviços de vilas e favelas, buscando sua integração e ampliação.
- Recuperação e criação de calçadas com iluminação adequada;

- Implantação de ciclovias e ciclofaixas com uma rede viária conexa e contínua para a circulação segura com sinalização específica e estacionamento de bicicletas próximas às estações e terminais de transporte público;
- Implantar tratamento especial para deficientes visuais em travessias semaforizadas.

Segurança no trânsito

- Redução de velocidade máxima nas vias arteriais e expansão de equipamentos de controle de velocidade;
- Ampliação da fiscalização do cumprimento da Lei Seca, em parceria com a Polícia Militar;
- Introduzir em todas as escolas públicas municipais a educação no trânsito e segurança do pedestre;
- Criação de campanhas que abordem os fatores de risco no trânsito e que conscientizem para a necessidade de respeitar as leis;
- Melhorias na sinalização com semáforos para pedestres em todos os cruzamentos de maior fluxo e faixas de pedestres onde não existam.

6. SEGURANÇA PÚBLICA

A descentralização da segurança pública ocupa um espaço importante no debate contemporâneo, mesmo que essa não seja uma questão nova. A Constituição de 1988 distribuiu as competências entre a União, os Estados e os Municípios, no entanto, mesmo valorizando os municípios, não alterou em quase nada o quadro anterior existente, bastante deteriorado nas grandes cidades brasileiras desde a década de 1960.

As guardas municipais, possuíam suas atribuições limitadas exclusivamente à proteção dos próprios e serviços municipais – prédios, parques, jardins, alamedas. Além de uma concepção militarista e repressiva de polícia, herdeira do autoritarismo brasileiro, esse modelo não só não consegue prevenir e administrar conflitos como, pelo contrário, tende a alimentá-los e acirra-los.

A cidade de Belo Horizonte apresenta um declínio nas taxas de crimes violentos saindo de 491,84 para cada cem mil habitantes entre os anos de 2012/2013 para uma taxa de 105,57, 2019/maio de 2020. Por mais que esses dados mostrem uma queda significativa na criminalidade violenta, eles não se apresentam de forma isonômica, quando analisamos todas as regiões e segmentos da cidade. Enquanto presenciamos a redução de 26% do assassinato da juventude branca, enfrentamos o aumento de quase 47% de assassinato da juventude negra.

Diante desse quadro, faz-se necessário uma concepção humanista, preventiva e integrada de segurança pública, sem descartar a importância de intervenções ostensivas. Contudo, entendemos que esta deve ser executada com inteligência, proporcionalidade e protocolos específicos para o uso da força. Para atuar nessa amplitude, a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção deverá elaborar as suas políticas em sintonia com as demais secretarias, principalmente com as secretarias de Assistência Social, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Educação, Esporte e Lazer, e Política Urbana. A integração da Secretaria de Segurança e Prevenção deve se dar no âmbito das ações, diálogos e estratégias. Porém, é necessário que seus programas tenham orçamento próprio e autonomia de gestão.

Mesmo que as principais ações de combate ao tráfico de drogas encontrem-se nas prerrogativas de ação do Governo Estadual, o poder público municipal deve atuar de forma permanente, em sintonia com a Polícia Militar e Civil. Compreende-se que o combate ao tráfico não pode se dar como uma retórica, que alimenta a violência policial

e viola os Direitos Humanos; que rotula o jovem de periferia e promove o genocídio da juventude negra.

Buscando atuar de forma incisiva para alteração deste quadro propomos a prevenção sob o viés de uma segurança pública comunitária. Essa proposta envolve atores locais, com propriedade e conhecimento sobre a realidade do bairro. Nesse formato, tanto as demandas quanto o potencial local ganham voz, possibilitando o desenho de programas e ações de prevenção, combate e reintegração. Para isso é necessário trabalhar em parceria com a população, associações e demais setores organizados, como a Central Única das Favelas e o movimento Hip-Hop.

Entendemos que é preciso articular os conselhos existentes no âmbito territorial, fortalecendo-os como instância consultiva, convergindo com a meta de implementação de uma Segurança Pública Comunitária. Faz-se necessário pensar a parceria município\estado\iniciativa privada articulados em uma teia de ressocialização que precisa ser efetiva e efetivada.

Nas áreas centrais, as ações devem possuir um formato específico explorando o potencial do comércio, das casas de shows, bares, restaurantes e outros. Para garantir o pleno funcionamento das atividades comerciais, de lazer, reduzir furtos e assaltos, é proposto o Programa Centro Seguro 24 horas. Uma proposta que visa atuar em parceria com os comerciantes, criando mais um turno na cidade, gerando emprego e dando vida a regiões centrais.

A violência de gênero também deve ser foco das políticas municipais de segurança pública. É preciso pensa-la a partir de sua manifestação física, psicológica, patrimonial, sexual, moral, e suas múltiplas dimensões. Seu combate pelo município pode se dar de forma complementar, mas eficaz no que diz respeito a criação e apoio de políticas públicas que visam criar canais de apoio, atendimento e programas de capacitação de mulheres para o emprego, alargando o leque de profissões, buscando com isso reduzir fatores subjetivos que sustentam uma ideia de dominação e submissão da mulher frente ao seu agressor.

6.1. Propostas de Segurança Pública

- Desenvolver um programa abrangente de prevenção à violência contra a juventude negra;

- Ordem pública e Administração pacífica de ilegalismos no comércio urbano; evitando ao máximo a utilização da força, com a prioridade para a construção de laços de cidadania entre a população e as instituições;
- Potencializar o Centro de Operações de Buritis para que ele seja o local de integração entre as instituições que atuam na segurança Pública de Belo Horizonte;
- Criar, a partir da estrutura do Centro de Operações, o observatório permanente de segurança pública, com o intuito de sistematizar uma densa base de dados, que possibilitará maior precisão na elaboração de programas e ações de combate e prevenção de crimes;
- Política preventiva de delitos de rua e violência contra a pessoa através de diagnósticos situacionais preventivos, utilizando estatísticas dados georreferenciais, e pesquisas científicas;
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança e Prevenção: ampliar a participação a partir do ingresso de entidades regionais com o intuito de compreender as demandas e peculiaridades regionais;
- Administração institucional e preventiva de conflitos entre próximos (familiares, vizinhos e frequentadores de ambientes urbanos comuns de trabalho e lazer);
- Valorizar a Guarda Municipal (aperfeiçoar quadros técnicos), qualifica-la como uma guarda comunitária, aumentando o seu potencial preventivo;
- Políticas sociais para a juventude em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Multiplicar oportunidades de empregos formais através de um planejamento que alavanque novos mercados e atividades econômicas associadas, com priorização em investimentos nas comunidades de modo a melhorar a qualidade de vida dos seus moradores;
- Dar protagonismo aos jovens, às lideranças locais e aumentar a fiscalização da população sobre o trabalho de polícia;
- Apoio e fortalecimento na esfera municipal do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional;
- Apoio e fortalecimento na esfera municipal do Programa Fica Vivo;
- Apoio a projeto de Penas Alternativas;
- Presença institucional da Prefeitura na formulação das políticas de segurança pública do Governo do Estado.

- Revitalizar as áreas de maior incidência de criminalidade, com o fomento do comércio, serviços e etc. e iluminação de becos escuros;
- Estabelecer parcerias com pesquisadores da UFMG para o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a criminalidade e sua redução.

7. SAÚDE PÚBLICA E FORTALECIMENTO DO SUS

Belo Horizonte se vale de uma longa e vitoriosa construção do Sistema Único de Saúde – SUS na cidade, que apresenta um SUS comprometido com o empenho dos seus trabalhadores e trabalhadoras e estruturado nos seus diversos níveis de atenção. O SUS é um patrimônio do povo brasileiro. Nesse momento da pandemia do COVID 19, mais uma vez o isolamento social eficiente e a rede do SUS-BH demonstraram o seu inestimável valor na cidade.

Deve-se ressaltar, primeiramente, como item prioritário e pano de fundo da ação pública a atuação sobre os determinantes sociais da saúde. No que diz respeito à garantia e efetivação dos determinantes sociais da saúde (DSS), a proposta é identificar os pontos para intervenções de políticas no sentido de minimizar os diferenciais desses determinantes vinculados à posição social dos indivíduos e grupos, fundamentados em:

- Políticas que visem à promoção de mudanças de comportamento social mediante programas educativos, incentivo à alimentação saudável, ampliação de espaços públicos para a prática de exercícios físicos;
- Maior abrangência de políticas capazes de estabelecer redes de apoio e o fortalecimento da participação das comunidades e grupos vulneráveis em ações coletivas para a melhoria de suas condições de saúde e bem-estar;
- Políticas mais atuantes e eficazes sobre as condições concretas onde as pessoas vivem e trabalham para assegurar mais e melhor acesso à água limpa, saneamento básico, habitação digna e adequada, ambientes saudáveis e serviços de saúde.

7.1. Atenção Primária: Saúde da Família e Comunidade

- Construir novos Centros de Saúde e substituir aqueles ainda não estruturados da melhor maneira, em consenso com o controle social da cidade, ampliando o acesso da população e a implantação de qualificadas e necessárias Equipes de Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) com uma estratégia de cuidado em saúde às pessoas em toda a rede SUS-BH, alicerçando, ainda mais, o vitorioso Programa de Saúde da Família;
- Atuar sempre de forma intersetorial, particularmente junto aos mais vulneráveis da cidade, em especial a População em Situação de Rua (PSR);

- Reduzir a taxa de mortalidade infantil na cidade, diagnosticando precocemente e tratando o crescente número de casos novos de sífilis congênita;
- Atuar com destaque e pró ativamente no âmbito da violência contra as mulheres, garantindo casas de acolhimento e medidas protetoras e, particularmente, com a manutenção e aprimoramento do Programa Para Elas, já vigorando na regionais de saúde de cidade, em parceria com a Faculdade de Medicina da UFMG;
- Garantir o abastecimento de medicamentos, em geral, implementando uma qualificada assistência farmacêutica para a população assistida no SUS-BH;
- Redimensionar as equipes de saúde mental na APS, os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM e CERSAM Álcool e Drogas), Consultórios de Rua e outros equipamentos e equipes de recursos humanos necessários, evidentemente mantendo a histórica linha de atuação da luta antimanicomial;

7.2. Promoção e vigilância em saúde

- Implantar novas Academias da Cidade, fortalecendo o estímulo de atividades físicas como determinante fundamental da saúde das pessoas, bem como manter fortalecida e estimulada a prática, já vigente há anos no SUS-BH, do Lian Gong em 18 Terapias – LG18T, originária da reconhecida e milenar medicina chinesa, que tem sido determinante para o alívio de dores diversas sentidas pela pessoas, em geral; bem como uma prática de atividade física;
- Implementar junto com à BHTrans um planejamento preventivo eficaz em relação aos acidentes de trânsito, muitos deles, fatais e graves;
- Manter a quantidade e qualidade de vistorias realizadas para o combate ao mosquito *Aedes aegypti* e outras zoonoses.

7.3. Aprimorar a gestão das consultas especializadas

- Ampliar e garantir o acesso da população à atenção especializada, aumentando o número de consultórios, consultas e exames, em geral;
- Aprimorar o Sistema de Gestão e Regulação com um processo ágil de marcação de consultas e de retorno dos resultados de exames especializados;
- Desenvolver uma efetiva proposição que, de fato, reduza o absenteísmo em consultas e exames especializados;

7.4. Urgência, Emergência e Atendimento Hospitalar

- Aprimorar a Rede de Urgência e Emergência do SUS-BH, garantindo e ampliando o atendimento às pessoas necessitadas e a adequada frota de veículos, com Unidades de Pronto Atendimento UPA's, como número de equipes suficientes, todas elas, plenamente qualificadas ao atendimento;
- Ampliar o número de cirurgias eletivas para a população de BH, diminuindo o tempo de espera.;
- Ampliar o número de equipes do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD);

7.5. Gestão da força de trabalho e educação permanente em saúde

- Ampliar o processo de Educação Permanente em Saúde e integração ensino-serviço no SUS-BH, com a oferta das ações educativas desenvolvidas a partir de metodologias ativas;
- Aprimorar e garantir para todos os trabalhadores e trabalhadoras o Plano de Carreira da.
- Ampliação do quantitativo de cursos, treinamentos, palestras, entre outras modalidades educação permanente para aqueles profissionais que atuam diretamente com a saúde da mulher, segundo os princípios da reforma sanitária e da humanização da atenção à saúde da mulher;

7.6. Teleconsultas para atender mais e melhor

Telemedicina é a prática médica feita com o auxílio das modernas tecnologias da comunicação e da informação. A experiência de outras cidades e estados mostra que a telemedicina é uma realidade que pode ser implantada para que a PBH ofereça mais e melhores serviços, como a redução das filas de espera para consultas no SUS.

Com a base instalada da Rede Municipal de Informática e o uso de sistemas de videoconferência é possível realizar as seguintes modalidades de telemedicina conforme definidas pelo Conselho Federal de Medicina: 1) teleorientação para que médicos possam à distância orientar e encaminhar pacientes em isolamento; 2) telemonitoramento à distância parâmetros de saúde do paciente, e 3) teleinterconsulta para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico. Com recursos audiovisuais instalados nos consultórios médicos as consultas presenciais

poderão contar com a ajuda de especialistas de forma que os clínicos gerais que fazem o primeiro atendimento sejam orientados conforme a especialidade.

Os médicos também poderão emitir atestados ou receitas médicas em meio eletrônico e a emissão dos documentos a distância será válida em meio eletrônico, mediante uso de assinatura eletrônica. Vários exames já podem ter seus resultados visualizados somente por arquivos digitais como hemogramas e exames radiológicos.

Para os Agentes Comunitários de Saúde, para a Saúde da Família, o acesso a recursos de vídeo-chamada com dispositivos móveis pode ajudar na prestação de atendimentos e facilitar o encaminhamento para as especialidades médicas que o paciente necessitar. Para os Agentes Comunitários de Saúde e para os clínicos gerais nos postos, UBS e UPAs a telemedicina será uma ferramenta para triagem e encaminhamento rápido para especialistas. É assim que as filas de consultas, de procedimentos e de exames serão reduzidas e a população melhor atendida.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

A cidade é o espaço onde cada pessoa constrói seu jeito de viver. Onde a administração pública deve se organizar para atender as necessidades de todas as pessoas. Para as mulheres, as cidades devem ser humanas e acolhedoras, com políticas públicas que signifiquem melhor qualidade de vida, acesso amplo da população aos serviços essenciais e participação nas decisões.

O momento que o Brasil atravessa sob a presidência do governo Bolsonaro faz com que a vida das mulheres seja ainda mais difícil. É desemprego, trabalho informal, violência e destruição dos serviços públicos.

8.1. Autonomia econômica

O caminho da emancipação das mulheres passa por sua autonomia econômica, com olhar especial para as mulheres chefes de família. Assim propomos:

- Implantar ações de apoio a grupos e cooperativas de artesanato, de oficinas de aprendizagem e espaços para feiras.
- Cursos de qualificação profissional em diferentes áreas e turnos;
- Implantar equipamentos de apoio à mulher como restaurantes, lavanderias coletivas e ampliação no número de restaurantes populares nas regionais.
- Acesso das mulheres chefes de família aos programas de financiamento habitacional e à titularidade de lotes e casas.

8.2. Educação para a igualdade

A Secretaria Municipal de Educação deve estabelecer uma programação pedagógica que possibilite discussões sobre preconceitos e discriminação sexual e racial, combate à violência contra a mulher, respeito às diversidades, respeito à orientação sexual diferenciada e religiosa entre outras.

- Desenvolver campanhas e atividades de sensibilização e prevenção sobre as desigualdades entre os sexos e a prática do racismo, com toda a comunidade escolar;
- Aprimorar o conteúdo dos livros didáticos para que tornem visíveis as personagens femininas, em especial as que são negras;

- Aproveitar as datas simbólicas (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia Internacional da Mulher, Dia dos Trabalhadores) para discutir os papéis de homens e mulheres, incluindo aí os papéis dos filhos e filhas em sua casa;
- Estímulo a atividades culturais que reforcem o protagonismo das mulheres
- Criação de programas que promovam a prática esportiva entre meninas para estimular a autoconfiança.

8.3. Combate à violência doméstica e sexual

O governo municipal criará no âmbito de suas atribuições planos de enfrentamento à violência contra a mulher que terão como orientação:

- Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, disseminação, fortalecimento e integração dos serviços da Rede de Atendimento no município.
- Construir parcerias com a rede de enfrentamento à violência doméstica e sexual, contribuindo para funcionamento das Delegacias Especializadas, dos Juizados de Violência Contra a Mulher e Núcleos das Defensorias Públicas no município;
- Criar Centros de Referência da Mulher, serviços de abrigamento em Casas de Apoio, para acolher mulheres e filhos com atendimento humanizado nos serviços de Delegacia da Mulher, Defensoria Pública(NUDEM), Polícia Militar(PVD), Promotoria Pública(CAO/VD), Juizado de Violência e Atendimento psicossocial.
- Elaborar um guia sobre recursos disponíveis para as mulheres vítimas de violência contendo normas e recomendações de como atuar nesses casos;
- Garantir e conservar a iluminação pública e a capina de paradas de ônibus, em especial nos caminhos de acesso à escola e ao trabalho.

9. MEIO AMBIENTE

9.1. Destampar os principais ribeirões e revitalizar os córregos

Esta ação justifica-se na notória necessidade que Belo Horizonte tem de lidar com seus problemas graves de drenagem urbana, que geram baixa qualidade ambiental na cidade, bem como prejuízos econômicos e sociais, culminando em momentos trágicos com perdas de vida. Há muitos anos existe a necessidade de recuperar os corpos hídricos da capital, mas não há força política para tal, dado que é uma atividade que afetará fatores importantes como trânsito de veículos, ocupações irregulares, obras civis de alto custo e mudança de paradigma de cidade. A proposta é enfrentar essa dificuldade e dar o primeiro passo para resolver o problema, que consideramos ser um ousado processo de planejamento popular para um novo conceito de cidade, com a elaboração de projetos executivos para destampar os principais ribeirões e revitalizar os córregos da cidade, com clara e transparente programação de custos e tempo de execução. Isto possibilitará um planejamento assertivo para a execução da atividade. Como projeto de maior envergadura, vamos elaborar estudos para a renaturalização do córrego do Leitão. A execução é complexa e deve ter um cronograma de curto, médio e longo prazo.

9.2. Fortalecimento do Programa Drenurbs (drenagem urbana) sob o ponto de vista sustentável

O Drenurbs é um programa de suma importância para a cidade e merece receber prioridade para execução. Ele visa à reintegração dos cursos d'água à paisagem e já possui conclusas fases importantes, mas precisa ser expandido na execução das atividades previstas, considerando e aprofundando, ainda, as premissas de engenharia verde trazidas no novo Plano Diretor de BH.

O Drenurbs precisa estar acompanhado de uma série de incentivos para a aplicação de medidas internas ao ambiente dos lotes residenciais e empresarias. Precisamos tornar nossa cidade mais permeável, como uma esponja que absorve as águas das chuvas. Para tanto, será formatado um programa de incentivos para que a sociedade compreenda e implemente soluções simples de drenagem, mas que são de fundamental importância na prevenção de desastres relacionados à alagamentos e deslizamentos de terra.

9.3. Incentivo à desocupação das áreas de risco

É imperioso, para proteger vidas e melhorar e a qualidade ambiental da cidade, que haja desocupação de imóveis em áreas de risco, para posterior recuperação destas áreas, tornando-as adequadas ao meio ambiente natural e, ao mesmo tempo, um ambiente seguro e de alta qualidade e conforto para as pessoas que ali vivem.. Sabe-se, porém, que a política de desocupação impositiva e indenizatória não tem funcionado, trazendo sofrimento social, alto custo político e mesmo acentuando problemas de infraestrutura urbana nos bairros periféricos e nas demais cidades da região metropolitana. Sendo assim, sugere-se uma política de desocupação incentivada que pode ter como instrumentos: compra de imóveis; pagamento de auxílio (1 salário mínimo) por 12 meses (renovável) para as pessoas que saírem de sus casas; manutenção e diálogo permanente com a comunidade. Propomos também a reestruturação das políticas de regularização fundiária no município, priorizando soluções discutidas junto ao público que passará pelo processo de desocupação e sua reintegração em ambientes que lhes dê segurança, qualidade de vida, acesso à cidade e a oportunidades de uma vida melhor.

9.4. Programa de redução de emissões e adaptação às mudanças climáticas

Como já está demonstrado pela comunidade científica, o planeta segue em um processo de aquecimento devido à grande emissão de gases de efeitos estufa (GEE) nos últimos 150 anos pelo menos. Esse processo leva a severas consequências que se refletem em pioras na qualidade de vida, tais como: suscetibilidade a eventos extremos como fortes chuvas concentradas que levam a grandes alagamentos; períodos mais longos de seca com baixa humidade do ar; e impactos na produção de alimentos. Esses são efeitos que já observamos em BH. Sabemos também que as cidades são as principais emissoras de GEE, devido ao grande contingente de automóveis e concentração de indústrias que ainda não controlam e mitigam as suas emissões.

Assim, nossa proposta é instituir um programa de redução de emissões de GEE e adaptação às mudanças climáticas, que já são realidade. As medidas elencadas acima compõem esse amplo programa e são somadas a outras, tais como:

- **Dia sem carro.** Proibir o tráfego de carro particular dentro da região da Av. do Contorno uma vez por semana ou por mês em determinado horário. A ideia é que se busque não só focar a pauta ambiental do ponto de vista de qualidade do ambiente natural, como de qualidade de vida. Isto através de mudanças concretas no dia-a-dia. Assim, o dia sem carro busca o benefício para a qualidade do ar,

qualidade da paisagem, a redução da poluição sonora, o incentivo ao uso de transporte público, bicicleta, a redução da emissão de GEE, bem como incentivar uma cultura de uso não cotidiano do carro.

- **Inserção de ciclovias como modal em destaque nas centralidades urbanas.** O Novo Plano Diretor de BH estabelece uma série de áreas enquanto centralidades, onde se estimula um uso mais intenso e ocupação mais adensada. O conceito de mobilidade para essas áreas deve estar baseado em modais não poluentes e de priorização do uso da rua por pessoas e não por automóveis.
- **O metrô é sustentável.** Por diversos ciclos eleitorais, o metrô de BH está na pauta de debate, mas nunca na pauta de execução. Metrô é importante como uma solução de mobilidade e como importante desincentivo ao uso de automóveis. Vamos realizar uma revisão no projeto do metrô na modelagem de financiamento das obras de sua implantação e estabelecer uma política de alocação orçamentária para alavancagem desse projeto.
- **Incentivo à arborização da cidade.** A arborização exerce importante papel no processo chamado de “sequestro de carbono”, que é a remoção de gases carbônicos da atmosfera. Para tanto, será realizada a gestão informatizada e georreferenciada das árvores de BH, bem como serão dados incentivos para as pessoas que plantem mudas e exerçam os cuidados para com as árvores.
- **Incentivo ao estabelecimento de hortas comunitárias em espaços públicos.** Essa medida, além contribuir para a permeabilidade do solo e o sequestro de carbono e, conseqüentemente, com maior conforto ambiental da cidade, promove, também, ganhos em aspectos de segurança alimentar e geração e renda.
- **Incentivo à adoção de soluções ambientais intra-lote.** Uma série de medidas, simples e de baixo custo, podem ser adotadas pela própria população em suas casas ou mesmo em prédios comerciais. Assim, serão instituídos mecanismos de incentivo para a implantação de telhados verdes, reutilização de águas, implantação de sistemas fotovoltaicos, dentre outras soluções inovadoras. Nossa gestão estará atenta às novas soluções e estabelecerá parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa.
- **Pesquisa e Desenvolvimento para uma cidade ecologicamente sustentável.** Nossa gestão estabelecerá uma agenda de incentivo à pesquisa em temas relacionados à questão ecológica em ambiente urbano. Essa medida é fundamental

para facilitar o trânsito de ideias e soluções inovadoras e sua transformação em políticas públicas.

10. CULTURA

10.1. Combater os efeitos da pandemia sobre o setor cultural

Belo Horizonte reúne a terceira maior área urbana metropolitana do Brasil e sétima da América Latina. São inúmeras as pessoas, desse contingente, que subsistem a partir das artes e da cultura, em ofícios criativos ou técnicos, profissionais do teatro, da música, do cinema, das artes visuais, autores, compositores ou assistentes de palco, diretores ou cenógrafos, iluminadores, artistas de rua, agentes culturais dos equipamentos públicos e privados da cidade.

A área da cultura em Belo Horizonte, assim como em todo o Brasil, foi uma das mais afetadas pela pandemia do novo coronavírus. Com o necessário distanciamento social e a contenção das atividades públicas presenciais, grande parte da cadeia produtiva do setor cultural teve redução brusca, sem previsão de retorno, trazendo uma nova realidade para artistas, trabalhadores e trabalhadoras culturais.

Assim como se tem debatido nacionalmente, o setor cultural em Belo Horizonte precisa ser trazido ao centro da agenda pública e das ações do Estado, sob a perspectiva urgente de proteção social e garantia de apoio mínimo em tempos de pandemia. Essa foi a dimensão da lei federal 1075/20, de relatoria da deputada do PCdoB Jandira Feghali, aprovada no mês de junho. Agora, é emergencial que se construa também no plano municipal uma estrutura de suporte aos agentes culturais, artistas, trabalhadores da cultura que se encontram em situação de vulnerabilidade, a partir de ações conjuntas entre as diferentes esferas do município, com apoio financeiro, social, de saúde, políticas públicas que permitam o exercício da sua cidadania e a possibilidade de adaptação e retomada de sua atuação.

Para tal, é necessário fortalecer os dispositivos da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura, como o Mapa Cultural BH, a fim de alcançar esse público, por meio do georreferenciamento e do levantamento dos indicadores sociais e de vulnerabilidade necessários para a construção de ações estratégicas.

10.2. Uma agenda estruturante

Para além das ações de urgência no período da pandemia e logo após a reabertura, será necessário consolidar um plano de recuperação, sustentável a médio e longo prazo, para

o setor cultural de Belo Horizonte. Caberá ao município buscar iniciativas especiais de financiamento, tributação, linhas de empréstimo, subvenções a fundo perdido, crédito ou investimento direto em um conjunto de ações econômicas para a cultura que possam somar-se às bases de fomento já previstas na Lei Municipal de Incentivo à Cultura e do Fundo Municipal de Cultura.

Como forma de movimentar o setor no médio prazo será necessário ampliar o calendário de eventos de Belo Horizonte, com a consolidação de novas iniciativas na agenda oficial, festivais, mostras, espetáculos, circuitos de arte que possam aquecer o mercado e garantir a circulação de bens e serviços culturais em BH. Nessa perspectiva, a política cultural da capital poderá também fomentar cenas e territórios que têm sido cada vez mais reconhecidos como prioritários para a descentralização e democratização das manifestações culturais do município.

Dessa forma, o plano de reconstrução cultural de BH poderá ser o elemento catalisador de grupos e expressões valiosas como as culturas populares, as festas tradicionais de origem negra, a cultura urbana, o hip hop, o teatro independente, a música, a literatura, as artes visuais, as festas regionais, a cultura do arraial, a arte digital, o grafite, os festejos do carnaval, as manifestações de terreiros, a fotografia, o cinema belo-horizontino e o cineclubismo, as artes integradas e transversais que representam a vanguarda e modernidade da capital mineira neste momento. Nesse sentido, deve-se aprofundar também o processo de reconhecimento de patrimônios imateriais do município, incluindo instituições culturais de referência como o Duelo de MCs no viaduto Santa Tereza, o samba de Belo Horizonte, a literatura da capital.

Como forma de agilizar o atendimento aos artistas da cidade e fomento da produção artística será criado o “BH Cultura”, a exemplo do BH Resolve, aberto para atendimento aos artistas e agentes culturais, com apoio para elaboração de projetos e qualificação. Além disso, centros culturais já existentes serão vitalizados, valorizando o trabalho artístico local, oferecendo à comunidade mais vínculos com a cultura.

A cultura da confraternização em bares típica de BH será potencializada com a criação do Programa BH Capital do Fim de Tarde. Em conjunto com estabelecimentos comerciais e a rede de artistas locais será fomentado as manifestações artísticas nesses locais ampliando a renda destinada ao setor cultural da cidade.

10.3. Cultura e Juventude

A política cultural terá um olhar especial para a juventude. Em primeiro lugar, será criada a secretaria municipal de juventude. Esse órgão será o vértice de um conjunto de ações transversais que se relacionam à temática da juventude no conjunto da administração pública. Em relação à cultura, a diretriz geral será fomentar e oferecer os bens culturais de forma descentralizada. O Centro de Referência de Juventude será potencializado e regionalizado.

Serão regulamentados e descriminalizados os eventos culturais da juventude, sobretudo da periferia, como os bailes funks e as batalhas de MC's. Além disso, a utilização de espaços públicos que se tornaram patrimônio cultural da cidade como o Viaduto Santa Tereza será regulamentada e os espaços revitalizados. As manifestações culturais afro-brasileiras entre a juventude também serão fomentadas e apoiadas pela PBH.